

A ética entre o bem e o mal

O artigo enfoca os desafios éticos e o crescimento de dogmatismos morais religiosos no século 21, a partir da análise de renomados especialistas. Este é o último texto da série promovida pelo Observatório da Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch) em razão da visita do papa Bento XVI ao Brasil.

A ética entre o bem e o mal

por Washington Castilhos

Embora a Igreja Católica se oponha radicalmente ao sexo antes do casamento e ao uso do preservativo e de outros métodos contraceptivos – como a pílula – os jovens católicos brasileiros, incluindo aqueles com os quais o papa Bento XVI se reuniu em São Paulo, na quinta-feira, 10 de maio, não pensam exatamente assim. A recém-lançada pesquisa Pensamento da juventude católica sobre sexualidade, reprodução e Estado laico, encomendada pela organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) informa que 95% dos 1.268 jovens católicos entrevistados em 315 municípios do país concordam com o uso da camisinha para evitar gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), 88% declararam não ver qualquer discrepância entre usar métodos contraceptivos e ser um bom católico e 79% discordaram da afirmação “as pessoas só devem ter relações sexuais após o casamento”. Ainda de acordo com o estudo, 72% desses jovens consideram atrasada a posição da Igreja Católica de condenar o uso do preservativo.

“A religião perdeu oficialmente a capacidade de gerir a vida terrena desde o início da modernidade, com a instauração de uma ordem pública laica. A permanência de uma obediência aos preceitos religiosos no tocante ao etos privado sempre foi vista como um resíduo incômodo do tradicionalismo. Na verdade, todo sistema religioso deve definir um etos privado, que engloba a vida afetiva, conjugal, reprodutiva e erótica dos sujeitos. Os cidadãos podem, portanto, não só aderir ou pertencer ao culto que escolheram, como obedecer ou não a seus preceitos”, analisa o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Além do mais, existem certos valores em nossa cultura contemporânea, como a liberdade individual e a conformidade às regras da natureza, que parecem deter um valor sagrado acima das próprias regras religiosas – autorizando, portanto, interpretações, afastamentos e conversões coerentes com esses valores, e contraditórios com os que são defendidos pelas religiões.”

“A pesquisa mostra que uma coisa é o que a hierarquia da Igreja diz, baseada em sua tradição, e outra é o cotidiano das pessoas que buscam possibilidades diversas de vivenciar a sexualidade, preservando a saúde e controlando a fertilidade de uma forma prazerosa. Há católicos que se separam e casam novamente que continuam participando da Igreja, mesmo o Vaticano sendo contra o divórcio”, ressalta a socióloga Dulce Xavier, das Católicas pelo Direito de Decidir (CDD).

As exortações e os depoimentos elaborados por Bento XVI deixam claro que o papa sabia que iria encontrar no Brasil ovelhas não tão obedientes aos ditames do catolicismo, até mesmo porque a Igreja monitora essas tendências e possui poderosos canais internos de comunicação. Mas esses mesmos pronunciamentos indicam que, mesmo em tais circunstâncias, Ratzinger se pauta por diretrizes que visam tornar a Igreja um bastião frente ao que ele considera ser a maior fraqueza da sociedade contemporânea: o relativismo.

“Muitas religiões incorporam diferentes aspectos dos valores modernos, tornando menos nítidas as fronteiras entre a lógica de uma liberdade laica e a lógica de uma religiosidade repressiva. No caso da Igreja Católica, a mera existência de tensões internas a esse respeito também aponta para uma relatividade de preceitos”, observa Luiz Fernando. Já para a socióloga Maria José Rosado, também das Católicas pelo Direito de Decidir, o problema é a dificuldade da Igreja em lidar com a modernidade e com o conceito de direitos. “O catolicismo tem um etos antimoderno e antiliberal forte. Direitos dizem respeito à democracia, às liberdades individuais, à autonomia de decisão e às conquistas liberais modernas, o oposto do ideário católico, que tem uma resistência à democracia, à autonomia individual e à liberdade democrática.”

Militante nos movimentos católicos desde 1950 e autor do recém-lançado livro *Do Vaticano II a um novo Concílio? Olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*, o sociólogo Luiz Alberto Gomes de Souza, diretor do programa de Ciência e Religião da Universidade Cândido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro, avalia que a Igreja não dialoga com a modernidade. “Falta um diálogo no que diz respeito à reprodução, à sexualidade, à biociência e com outros grandes avanços da humanidade. Tudo avança, tudo caminha. Acho que temas como o celibato obrigatório, o sacerdócio das mulheres e a sexualidade são questões congeladas. Não podemos nos autocensurar e fechar o debate”. Mas, de fato, os pronunciamentos do papa Bento XVI e o forte investimento do Vaticano contra os direitos sexuais e reprodutivos nos diz que, pelo menos por enquanto, não há a intenção da Santa Sé em descongelar esses temas. “As justificativas de determinadas posições da Igreja Católica por parte do atual papado estão apoiadas numa leitura muito ao pé da letra do texto bíblico, o que não o torna tão diferente dos chamados fundamentalistas”, salienta o antropólogo Otávio Velho, professor emérito do Museu Nacional.

Em seu discurso aos participantes na Assembléia da Pontifícia Academia para a Vida, o papa faz um apelo à consciência cristã e explicita sua preocupação com a moral dos jovens. Ele afirma “ser necessário percorrer um caminho que acompanhe as várias etapas da vida, abrindo a mente e o coração, a fim de que aceitem os deveres fundamentais sobre os quais está alicerçada a existência, tanto do indivíduo como da comunidade. Somente assim será possível levar os jovens a compreender os valores da vida, do amor, do matrimônio e da família. Só deste modo será possível levá-los a apreciar a beleza e a santidade do amor, a alegria e a responsabilidade de serem pais e colaboradores de Deus no ato de dar a vida”. Essa perspectiva passa ao largo da liberdade de pensamento que orienta a conduta dos jovens brasileiros – incluindo os católicos – para se afastar dos ensinamentos da Igreja no que diz respeito à sua sexualidade e a outras questões. Essa distância captada pela pesquisas do CDD é confirmada por outros estudos.

Para Luiz Alberto Gomes de Souza, “o direito natural tem uma série de princípios fundamentados no ‘fazer o bem e evitar o mal’, então a humanidade vai crescendo em consciência de que certas coisas não se pode fazer. A partir daí, pode-se construir uma ética consensual num momento histórico da humanidade, e que vai mudando com a história”. Essa perspectiva é compartilhada por outros pensadores e analistas, mesmo quando seu ponto de vista se situa em outros campos disciplinares. O psicanalista Jurandir Freire Costa, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirma que a ética, enquanto conduta de vida reta e justa, pode ter vários fundamentos ou justificativas, sendo uma delas a tradição religiosa ou espiritualista. “Mas é perfeitamente possível ao sujeito agir eticamente no interior de uma visão de mundo leiga”. Da mesma forma o filósofo e poeta Antonio Cícero considera que: “O ser humano sabe que determinadas coisas são erradas porque é capaz de se colocar no lugar do outro e de colocar o outro no seu lugar. Quem faz uma coisa

errada sabe que rompe um pacto tácito estabelecido com os outros seres humanos. Não é preciso religião para ensinar isso. A ética exposta por Kant, por exemplo, não é religiosa. As religiões não fazem senão – na melhor das hipóteses – espelhar os princípios e as regras que os homens elaboraram para poderem melhor conviver em sociedade. A prova disso é que, embora muitos dos princípios e regras que os homens se impõem não sejam espelhados pela religião, eles são, no entanto, respeitados.”

O bem e o mal, o paraíso e o inferno

A socióloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro Maria das Dores Machado afirma que as pessoas, quando escolhem pertencer a uma igreja, estão em busca de parâmetros de conduta. “Nesse sentido, não se pode negar que as pessoas, diante de uma crise do que é certo ou o que é errado, busquem encontrar uma âncora ou uma orientação. Trata-se, portanto, de uma busca de controle, você vai para uma igreja porque quer ser controlado”. Assim não surpreende que na própria sociedade muitas pessoas considerem que a religião também é necessária como freio para os impulsos criminosos de grande parte da humanidade ou para os desvios de conduta, especialmente no campo da sexualidade que continua sendo pensada em termos morais e não na perspectiva da liberdade individual. “Para lidar com isso, achou-se necessário inventar o inferno. A existência do inferno seria uma ‘pia fraus’, uma ‘mentira santa’. Isso nada tem a ver com moral. Ao contrário, trata-se de uma fraude, de uma mentira, de uma imoralidade com finalidades repressivas. Como poderia estar uma imoralidade na base da moral?”, questiona Antonio Cícero.

Para o pesquisador em bioética Fermin Roland Schramm, da Escola Nacional de Saúde Pública, “a modernidade assusta a Igreja Católica porque se os indivíduos passarem a não acreditar mais no culto do paraíso e do inferno, que é uma maneira de controlar o comportamento das pessoas, ela irá perder o poder. Ética e religião devem ser concebidas como dois campos separados. Quando a Santa Sé chama aqueles que são a favor do aborto, das pesquisas com células-tronco e os casais gays de terroristas, são considerados terroristas porque de fato não aceitam o princípio de autoridade, e quando existe um princípio de autoridade absoluto não há ética porque a ética implica sempre uma escolha. E quando não há opções e o indivíduo tem que obedecer, não existe ética. Uma vez que a modernidade implica na valorização do indivíduo e na sua capacidade de distinguir o bem e o mal de acordo com a sua competência cognitiva e moral, penso que a modernidade ampliou o leque de possibilidades do ser humano sair do estágio estigmatizado por Nietzsche como demasiado humano”.

Embora falando a partir de um outro lugar, as reflexões de Luiz Alberto Gomes de Souza vão na mesma direção: “A ética está referenciada em grandes princípios e a moral é a concretização desses princípios éticos na história. A moral são as regras de vida, as quais se transformam. Não há uma moral fixa. A moral do século XIII não é a mesma do século XX”. É preciso lembrar também que outras tradições religiosas não pautam suas orientações morais pela contraposição binária entre bem e mal, nem tampouco exercem sua autoridade por meio de um imaginário de punição ou castigo. Por exemplo, nas religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, o certo ou o errado é estabelecido a partir de um diálogo constante do sujeito com as divindades e as próprias divindades não são concebidas como ícone perfeitos do bem ou do mal: “O grande problema das grandes religiões monoteístas que se dizem ‘éticas’ é que, se por um lado, elas organizam e criam balizas para o comportamento e a moral dos indivíduos, por outro lado, elas podem muito facilmente se tornar intolerantes. Uma coisa é a demanda dos seres humanos por sentido, outra é o que as instituições fazem com essa necessidade das pessoas de darem um sentido às suas vidas”, assinala Maria das Dores Machado.

O jornalista e escritor Roberto Pompeu de Toledo, colunista da revista semanal *Veja*, defende a ética como um imperativo da vida em sociedade, tenha-se ou não religião. “É muito irritante a tendência das religiões de considerarem que têm o monopólio da ética e da moral. Ou, mais ainda de tentarem se confundir com a ética e a moral. Que ética tem uma religião que manda matar, como fez o catolicismo na Inquisição ou faz o islamismo com as fatwas, como a que condenou o escritor Salman Rushdie?”, questiona. Segundo Roland Schramm, é impossível articular ética e visão religiosa a não ser que esta não dependa de princípios fundamentais inquestionáveis. “As grandes religiões monoteístas partem de um princípio único, do qual se derivam todos os outros princípios, como o princípio da sacralidade da vida, defendido por pessoas como Ratzinger, que condenam todas as posições éticas que não admitem como a priori o princípio da sacralidade da vida.”

“O catolicismo alega defender a vida, mas a verdade é que a vida que realmente importa para a Igreja não é esta vida, mas sim a ‘outra’, isto é, a ‘eterna’, a que vem depois da morte, isto é, a própria morte. Os prazeres terrenos não valem por si e estão muito próximos do pecado, pois afastam o ser humano do celeste e do eterno”, observa Antonio Cícero, recorrendo à famosa citação de São Bernardo: “Quem quer o celeste não gosta do terrestre; quem anseia pelo eterno despreza o transitório”. Para o filósofo, “não é por um respeito absoluto pela vida terrena que a Igreja Católica condena o aborto, mas, em primeiro lugar, porque o prazer sexual não tem, para ela, sua finalidade em si próprio, mas na reprodução, e, em segundo lugar, porque quer afirmar a heteronomia do ser humano e a sua convicção de que o ser humano não é dono de si próprio nem do seu corpo. É por essas mesmas razões que ela condena a homossexualidade”, ressalta. “A Igreja subverte o princípio universal do direito e do Estado laico quando, por exemplo, tenta impedir os casais homossexuais de exercerem o seu claro direito ao estabelecimento de parcerias civis.”

O problema, para Luiz Alberto Gomes, é a “existência, muitas vezes, no mundo católico, de uma obsessão quando se fala em proteção da vida: “Os documentos da Igreja têm insistido muito sobre a defesa da vida desde a concepção. Quando eles se colocam contra o aborto, por exemplo, tem-se a impressão de que se trata de proteção ao feto e não à vida. Quando se fala em grupos pro-life, no fundo não é defesa da vida, e sim defesa do feto. A vida é muito mais ampla”. Para o sociólogo, a Igreja também tem grande dificuldade de enfrentar o tema do prazer. “Quando se fala em prazer, logo vem a idéia do hedonismo, como se as pessoas não tivessem direito ao prazer, como se não fosse bom. No século XVIII o Jansenismo era contra todos os prazeres. Acho que no fundo ainda existe muito disso no seio da Igreja. É uma Igreja de homens velhos que enfrenta com dificuldade o tema do sexo e do prazer.”

O alargamento da razão

Em alguns dos pronunciamentos de Bento XVI, um tema se coloca como urgente proposta de caminho para a sociedade moderna: o alargamento da razão. Na opinião do papa, a razão encontra-se hoje reduzida, resumida à cientificidade, e existem hoje em dia, nas palavras dele, “patologias da razão” ou uma “hybris da razão” (hybris, palavra grega que significa insolência ou excesso). Para isso, ele propõe um “alargamento da razão” como saída ao “laicismo dominante”. Em um discurso na Universidade de Regensburg, Bento XVI afirma que “[...] que com toda a alegria diante das possibilidades do homem, vemos também as ameaças que sobressaem dessas possibilidades e devemos perguntar-nos como podemos dominá-las. Só conseguiremos se [...] superarmos a limitação autodecretada pela razão ao que é verificável na experiência e lhe abriremos de novo toda a sua vastidão”. Segundo o pontífice, esse conceito moderno de razão restringe o seu

campo de ação. Vale lembrar que, em janeiro de 2004, em um debate com o pensador Jürgen Habermas na Academia Católica da Baviera, a pouco mais de um ano de se tornar papa, o cardeal Ratzinger já havia manifestado sua preocupação com o que chama de “limitação da razão”, afirmando que “a razão deve ser lembrada em seus limites e aprender a disposição de ouvir as grandes tradições religiosas da humanidade. Eu falaria em uma necessária correlação entre razão e fé, entre razão e religião.”

O filósofo Antonio Cícero não vê grande novidade no discurso de Bento XVI, a não ser a atitude mais agressiva do papa ao defender os dogmas da Igreja Católica. “No fundo, foi a partir da grande síntese de fé e razão empreendida por São Tomás de Aquino que, em Regensburg, ele atacou o fideísmo muçulmano e protestante. Graças a uma interpretação extremamente questionável de Santo Agostinho e de São Paulo – interpretação que os coloca demasiadamente próximos da posição de Tomás – ele localiza na Idade Média tardia, em Duns Scotus, a origem do fideísmo ocidental e, com isso, do Protestantismo. Este seria, portanto, o resultado de um desvio da linha correta, isto é, tomista. A meu ver, o que na verdade ocorreu foi que a teologia da Idade Média tardia se deu conta da irrecuperável incompatibilidade entre a razão e a religião revelada entre o Deus dos filósofos e o Deus de Abraão, como diria Pascal mais tarde. Pode-se dizer que o fundamentalismo protestante é a opção exclusiva pelo lado da fé e, por outro lado, que o positivismo – que, junto com o relativismo, é o outro alvo dos ataques de Bento XVI – é a opção pelo lado da razão. É por efeito dessa trajetória que, de certo modo, justifica-se tomar o positivismo como uma razão diminuída, uma razão que limita a si própria.”

Roland Schramm concorda. Para ele, a razão reduzida a princípios absolutos da Teologia é a própria razão reduzida. “É o papa quem está defendendo uma concepção reducionista da razão. Ao falar em razão, ele está se referindo a uma razão instrumental, e reduzir o logos à razão instrumental, científica, é uma operação arbitrária. A razão dialógica é uma maneira de se evitar o reducionismo da razão à mera razão instrumental. Penso que o papa confunde a razão dialógica com a fé. A fé não é o compartilhamento com o logos. Ela implica na submissão do homem a desígnios supostamente divinos e isso deve ser questionado.”

O antropólogo Otávio Velho, professor emérito do Museu Nacional, interpreta as declarações do papa como um posicionamento unívoco e reducionista da razão. “A razão não é única. A crítica de Ratzinger é direcionada à razão científica e à modernidade. O valor importante da modernidade é a diversidade. As críticas em relação à debilidade da razão significam negar a lidar com essa diversidade”. Roland Schramm coincide na avaliação de que o avanço da ciência está na raiz da crítica desenvolvida por Bento XVI ao conceito moderno de razão. “Através da ciência, estamos nos reaproximando do ideal de autonomia e deixando de ser vítimas do azar e das leis naturais. A Igreja se coloca contra a biotecnociência – que tornou possível a reprodução assistida – porque ela se opõe aos assim chamados desígnios divinos dos quais o papa e os homens do Vaticano seriam os intérpretes oficiais e autorizados”.

Na opinião do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, “ao contrário do que defende o papa, quanto maior for o ‘alargamento da razão’, menor será o poder e a legitimidade da religião para interferir na vida das pessoas. A racionalidade confere independência às pessoas”. Para Antonio Cícero, a solução para essas limitações da razão a que o papa se refere, é o abandono da própria problemática da relação entre a fé e a razão, que o positivismo ainda inconscientemente conserva. “A verdadeira razão ampliada é a razão ilimitadamente livre e crítica, a razão *tout court*, e a principal condição para o seu exercício é a sociedade aberta. A tentativa de Bento XVI de voltar ao tomismo, como se nada, senão um desvio tivesse

ocorrido depois dele, é simplesmente regressiva e, por isso, destinada ao fracasso”, questiona.

Camisinhas pelo chão

Mesmo quando desenvolvem críticas muito severas ao dogmatismo moral e filosófico de Bento XVI os e as especialistas com quem discutimos sobre ética avaliam que a visita de Bento XVI não trouxe impactos negativos significativos, entre outras razões, porque já existe um hiato importante entre sentimento de religiosidade e condutas individuais. “Quem, hoje em dia, segue à risca os preceitos do catolicismo, mesmo se dizendo católico? Se o catolicismo fosse seguido à risca, certamente as pessoas seriam mais conservadoras em matéria de sexualidade ou de assuntos correlatos”, afirma Jurandir Freire. Para Otávio Velho, as posições papais apenas expressam a resistência conservadora do Vaticano. “É retrógrado, o papa tem uma presença simbólica que ultrapassa as fronteiras do mundo católico. Sua autoridade, porém, é fictícia, e sabemos que boa parte dos católicos não respeita as diretrizes do Vaticano e não segue ao pé da letra as recomendações papais”, diz.

Estudioso de religião há mais de cinco décadas, o leigo Luiz Alberto Gomes esteve presente em todas as edições do CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribe), para a qual Bento XVI vem ao Brasil. Também já presenciou as passagens dos dois últimos papas pelo Brasil. Para ele, o que deve ser focalizado e valorizado é a consciência de cada um. “A consciência moral existe não só para católicos, mas para qualquer ser humano. A modernidade é nesse sentido crucial. Pois no mundo antigo a consciência era ditada pelo rei, pelo imperador ou pelo sacerdote. Hoje a consciência é ditada pela decisão da pessoa, que deve ser iluminada por princípios que podem ser inspirados pelas religiões ou por um documento das Nações Unidas sobre direitos humanos. Não deveria nunca ser iluminada nem pelo papa nem pelo Estado – porque correríamos o risco de cair no nazismo, no fascismo e no totalitarismo. Ela deve ser iluminada pela consciência comum”, afirma.

O sociólogo relembra, sorrindo, que um dos grandes encontros acontecidos em Paris foi o encontro do papa João Paulo II com a juventude, assim como o que ocorreu na quinta-feira passada (10/05) em São Paulo. “Os jovens gritavam e cantavam com o papa. João Paulo II falou da virgindade e de guardar castidade. Mesmo assim, no dia seguinte, nas ruas, havia uma quantidade enorme de preservativos usados pelo chão.”